

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 05.

Mundial de 2027 é vitória feminina

O Brasil ganhou o direito de sediar a Copa do Mundo feminina em 2027. A decisão foi comunicada pela Federação Internacional de Futebol (Fifa), em cerimônia solene realizada em Bangcoc, na Tailândia

Na última sexta-feira, o esporte brasileiro obteve uma importante conquista. O Brasil ganhou o direito de sediar a Copa do Mundo feminina em 2027. A decisão foi comunicada pela Federação Internacional de Futebol (Fifa), em cerimônia solene realizada em Bangcoc, na Tailândia. O país competia com a candidatura conjunta de Alemanha, Bélgica e Holanda. A proposta brasileira recebeu 119 votos, enquanto a outra finalista amealhou 78 manifestações favoráveis. É a primeira vez que o Mundial feminino será realizada na América do Sul, após dez edições.

Pesou a favor do Brasil, **segundo** relatório divulgado pela entidade máxima do futebol, o legado da Copa de 2014, particularmente os estádios erguidos ou reformados para o campeonato masculino. Na avaliação da Fifa, o Brasil superou os europeus em critérios como estádios, acomodação e centros de mídia. Pela proposta vencedora, o Mundial feminino no Brasil ocorrerá em dez capitais, entre as quais Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre — essa última mencionada como um desafio maior na solenidade da Fifa. A abertura e a final do campeonato estão previstas para ocorrer no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro.

Com essa vitória, o Brasil confirma a vocação para eventos esportivos de grande porte. Nas últimas décadas, o país sediou competições, como Pan-Americano (2007), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014), Olimpíada (2016) e duas Copas América (2019 e 2021). É certo, **pois**, que o

país reúne expertise na organização desses eventos. Sempre haverá discussão — e é importante manter-se a vigilância nesse quesito — sobre a participação de governos e a aplicação de recursos públicos nessas iniciativas, bem como o legado dessas estruturas. Mas o país tem instrumentos mais do que suficientes para evitar que erros cometidos no passado, como obras mal executadas por governos, se repitam em 2027.

Um ponto fundamental [à]¹ se destacar na escolha do Brasil é o reconhecimento do futebol feminino como uma modalidade esportiva de relevância mundial. E isso se deve, em grande medida, [à]² dedicação obstinada das atletas, que superam barreiras de toda ordem — do preconceito à diferença salarial — para mostrar o talento nos gramados. Esse Mundial é um prêmio [à]³ geração de Marta, de Formiga e de tantas outras e um desafio maior para o Brasil, que tentará conquistar um título inédito para o futebol feminino.

Convém ressaltar, ainda, que a vitória em Bangcoc se deve ao esforço de uma mulher. A decisão da Fifa veio premiar o trabalho de Valesca Araújo, responsável pelo planejamento técnico e operacional da candidatura brasileira. Ao discursar, ela reiterou ser essencial dar visibilidade [às]⁴ mulheres. "É essencial levar o futebol feminino para os melhores estádios e centros de treinamento que temos no país. Uma vez que adentre esses espaços, não há mais como voltar atrás", disse.

Valesca Araújo é outro exemplo da competência das mulheres em um meio predominantemente masculino. Ela se junta a outras profissionais reconhecidas, como Leila Pereira, presidente do Palmeiras e chefe da delegação da Seleção brasileira masculina nos amistosos de março. Que elas tragam mais conquistas e mais igualdade de gênero ao esporte que melhor expressa o valor do Brasil.

MUNDIAL de 2027 é vitória feminina. *Correio Braziliense*, 19 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2024/05/6859999-mundial-de-2027-e-vitoria-feminina.html>. Acesso em: 19 mai. 2024. Adaptado.

01) Com base nas informações explicitadas no editorial, é possível afirmar que, quanto à realização da Copa do Mundo Feminina de Futebol no Brasil em 2027, o posicionamento elucidado no texto é:

- a) favorável, visto que tanto o talento das atletas brasileiras quanto a capacidade de o país sediar eventos esportivos de grande porte recebem reconhecimento.
- b) desfavorável, uma vez que os países europeus que se candidataram se mostram mais bem preparados para sediar eventos dessa magnitude.
- c) indiferente, visto que outras competições de nível internacional já tiveram sede no Brasil e provaram que o país é capaz de realizar eventos desse tipo.
- d) favorável, já que as competições futebolísticas masculinas e femininas podem receber mais valorização dos patrocinadores internacionais após a Copa de 2027.

02) Observando-se seu contexto de uso, qual é o sentido veiculado pelo verbo em destaque no trecho “A proposta brasileira recebeu 119 votos, enquanto a outra finalista amealhou 78 manifestações favoráveis.”?

- a) Economizar.
- b) Perder.
- c) Juntar.
- d) Desperdiçar.

03) No quarto e no quinto parágrafos, quatro ocorrências da crase foram sinalizadas. Qual delas está INCORRETA?

- a) A primeira ocorrência.
- b) A segunda ocorrência.
- c) A terceira ocorrência.
- d) A quarta ocorrência.

04) Os conectivos grifados nos parágrafos segundo e terceiro do texto conferem aos trechos em que ocorrem, respectivamente, os sentidos:

- a) de ordenação e de explicação.
- b) de conformidade e de explicação.
- c) de ordenação e de conclusão.
- d) de conformidade e de conclusão.

05) Qual é a função da vírgula utilizada no trecho “A decisão da Fifa veio premiar o trabalho de Valesca Araújo, responsável pelo planejamento técnico e operacional da candidatura brasileira.” (5º parágrafo)?

- a) Isolar um adjunto adverbial de grande extensão intercalado.

- b) Coordenar orações sindéticas aditivas de sujeitos diferentes.
- c) Isolar uma estrutura de aposto explicativo.
- d) Coordenar orações assindéticas.

MATEMÁTICA

06) Dado que 45,9 é 30% de 150% do um número x , é certo afirmar que:

- a) 60% de x é 70,5
- b) 60% de x é 61,2
- c) 60% de x é 40,8
- d) 60% de x é 15,3

07) Imagine que a , b , 100, 75 formam nessa ordem uma proporção. Se b é 40% do valor da expressão numérica $2 \times (12 + 15) - 3$, quanto será 30% de a ?

- a) 27,2
- b) 8,16
- c) 20,4
- d) 51

08) João está construindo um modelo de um cubo para seu projeto de matemática. Ele sabe que a soma das áreas de duas das faces adjacentes do cubo é 50 cm². Com base nessa informação, qual será a metade do volume desse cubo?

- a) 125 cm³
- b) 156 cm³
- c) 78,13 cm³
- d) 62,5 cm³

09) Em uma progressão aritmética (PA), o primeiro termo é 8 e a razão é 3. Qual é o número do termo em que a soma dos termos é igual a 294?

- a) 7
- b) 8
- c) 11
- d) 12

10) Um investimento foi feito a uma taxa de juros simples de 4% ao semestre. Após 3 anos, o montante acumulado foi de R\$ 12.480,00. Qual foi, aproximadamente, o valor inicial do investimento?

- a) R\$10.064,00.
- b) R\$11.025,00.
- c) R\$12.012,00.
- d) R\$13.055,00.

CONHECIMENTOS GERAIS

11) Atualmente o município de Altônia é formado por quantos distritos?

- a) 3 (três).
- b) 2 (dois).
- c) 1 (um).
- d) 0 (nenhum).

12) Da relação a seguir, qual alternativa apresenta um país que desistiu de integrar os BRICS?

- a) África do Sul e Arábia Saudita.
- b) Argentina, Brasil e China.
- c) Egito e Emirados Árabes Unidos.
- d) Etiópia, Índia, Irã e Rússia.

13) Estão entre os doze menores municípios do Estado do Paraná em território, EXCETO:

- a) Anahy, Flórida, Iracema do Oeste e Ivatuba.
- b) Ângulo, Iguatu, Mauá da Serra e Santa Cecília do Pavão.
- c) Miraselva, Nova Santa Bárbara, Pinhais e Pinhal de São Bento.
- d) Santa Amélia, São Manoel do Paraná e Uniflor.

14) País cujo conflito civil, foi classificado pela Organização das Nações Unidas, como “Grande Tragédia do Século XXI”:

- a) Iêmen.
- b) Mianmar.
- c) Nigéria.
- d) Síria.

15) Último candidato eleito para o cargo de Presidente da República antes da Revolução de 1930:

- a) Getúlio Vargas.
- b) João Pessoa.
- c) Júlio Prestes.
- d) Washington Luiz.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) Ao processo do trabalho também é de suma importância a adoção de princípios, inclusive na fase recursal. Sabe-se que a

nulidade só deve ser decretada quando não for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato, sendo certo que, por ser o processo um meio ético de solução de conflitos, a nulidade não pode ser alegada por quem lhe deu causa. A este princípio, aplicável ao processo trabalhista, damos o nome de:

- a) Princípio da proteção ou do interesse;
- b) Princípio da transcendência ou prejuízo;
- c) Princípio da instrumentalidade das formas;
- d) Princípio da preclusão.

17) Sobre as sentenças no âmbito do processo do trabalho, é correto afirmar que:

- a) em caso de ser reconhecida a lide simulada, o juiz extinguirá o processo com resolução de mérito;
- b) a sentença que anula a transferência de um empregado produz efeitos *ex nunc*;
- c) são declaratórias as sentenças que reconhecem a existência de relação empregatícia entre autor e réu;
- d) não pode o juiz do trabalho, por exemplo, verificando que o réu intenta procrastinar o cumprimento da decisão judicial que ordena o réu a pagar verbas rescisórias, estabelecer uma multa.

18) Consórcio público seria o contrato administrativo firmado entre entidades federativas do mesmo tipo (Municípios com Municípios, Estados-membros com Estados-membros), para realização de objetivos de interesse comum. Dito isso, e considerando o que dispõe a Lei que trata deste tema, assinale a alternativa correta.

- a) A lei prescreve que o consórcio público poderá adquirir personalidade jurídica de direito público apenas.
- b) Após a criação da pessoa jurídica, a associação pública passa a integrar a Administração indireta de todas as entidades consorciadas.
- c) Os consórcios de Direito Público somente contratam pessoal no regime de emprego público submetido à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- d) O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, observará as normas de Direito Público, porém, fica dispensado da realização de licitação.

19) Ainda sobre o consórcio público, é correto afirmar que:

- a) A forma de eleição e a duração do mandato do representante legal do consórcio público não precisará ser chefe do Poder Executivo de ente

da Federação consorciado, podendo delegar a terceiro que o represente.

b) O protocolo de intenções será publicado na imprensa oficial em situações excepcionais.

c) O contrato de consórcio será celebrado com a ratificação do protocolo de intenções, contudo, ratificação realizada após dois anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da assembleia geral do consórcio público.

d) É vedado ao consórcio público promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público.

20) O endividamento público descontrolado, os gastos excessivos com pessoal engessando os orçamentos estatais e a concessão indiscriminada de vantagens fiscais sempre marcaram negativamente a administração pública brasileira, razão esta que levou à criação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Considerando o que dispõe esta Lei, veja as opções a seguir:

I - A Lei de Responsabilidade Fiscal tem natureza jurídica de lei nacional, aplicando-se simultaneamente aos Três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive às respectivas administrações públicas diretas e indiretas;

II - A Lei de Responsabilidade Fiscal não atinge o administrador público quanto aos serviços terceirizados, ficando este isento de qualquer responsabilidade;

III - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício do qual decorra renúncia de despesas deverá estar acompanhada de estimativa do impacto financeiro-orçamentário relativo ao exercício financeiro em que deva iniciar a sua vigência e aos três exercícios financeiros seguintes a este;

IV - A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que é necessário, para que haja a renúncia de receita, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e, pelo menos, a demonstração, pelo proponente, de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da lei orçamentária anual e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

Estão corretas as alternativas:

a) III e IV;

b) I e III;

c) II, apenas;

d) I e IV.

21) As regras mais importantes da Lei de Responsabilidade Fiscal são as que estabelecem os limites máximos para despesa total com pessoal. Sendo assim, o limite da despesa com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal na esfera estadual no Poder Legislativo é de:

a) 6%

b) 49%

c) 3%

d) 2%

22) Ainda sobre o limite de despesa total com pessoal, o limite com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal na esfera federal no Poder Judiciário é de:

a) 40,9%

b) 6%

c) 2,5%

d) 0,6%

23) Com o fim de regulamentar a disciplina constitucional do processo administrativo, foi promulgada a Lei n. 9.784/99 que estabelece normas básicas acerca do processo administrativo. Considerando isto, é INCORRETO afirmar acerca da referida Lei que:

a) contém normas de direito administrativo material apenas;

b) podem tomar decisões que afetem interesses de terceiros sem instauração de processo administrativo prévio;

c) Não é aplicável às demais entidades federativas que não possuam lei própria de processo administrativo;

d) Em regra, não vincula Estados, Distrito Federal e Municípios, mas é aplicável ao Legislativo e ao Judiciário quando atuarem no exercício de função atípica;

24) Q Lei n. 9.784/99 enumera os “critérios” ou princípios informadores do processo administrativo. Quando falamos da observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, bem como interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se

dirige, vedada a aplicação retroativa de nova interpretação, trata-se do princípio:

- a) da segurança jurídica;
- b) da obrigatória motivação;
- c) da razoabilidade ou proporcionalidade;
- d) do contraditório e ampla defesa.

25) Sabe-se que a função da coisa julgada é assegurar que os efeitos decorrentes das decisões judiciais não possam mais ser modificados, se tornem definitivos. Acerca da coisa julgada, é correto afirmar que:

- a) a coisa julgada é efeito da sentença;
- b) sentença que examina a pretensão a alimentos é definitiva, enquanto não sobrevier alteração fática, que justifique a sua revisão
- c) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada;
- d) só haverá coisa julgada se a respeito da questão controvertida tiver havido contraditório prévio e efetivo, inclusive se aplicando no caso de revelia.

26) As causas para as quais a justiça brasileira tem jurisdição, cumpre examinar o tema da competência propriamente, que diz respeito ao órgão judiciário que, de acordo com a lei, deverá processar e julgar determinada ação. Acerca da competência conforme estabelecido no Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) a competência das justiças especiais é apurada de acordo com a matéria discutida,
- b) a competência das justiças comuns é supletiva: abrange todas as causas que não forem de competência das especiais;
- c) é vedado se valer de mais de um critério para indicar onde determinada demanda deve correr;
- d) o critério objetivo é adotado quando a competência for determinada pelo valor atribuído à causa, ou pela matéria que será discutida no processo.

27) Leia as opções abaixo:

I - Em regra, na contestação o réu não pode formular pretensões em face do autor, salvo a de que os pedidos por este formulados sejam julgados improcedentes.

II – A reconvenção não é uma nova ação;

III - A pretensão do réu reconvincente em face do autor reconvincente pode ser de natureza condenatória, constitutiva ou declaratória;

IV - A desistência da ação, ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

Estão corretas as alternativas:

- a) I e III;
- b) IV, apenas;
- c) II e IV;
- d) II e III;

28) Os direitos reais de gozo ou fruição são situações reais em que há a divisão dos atributos relativos à propriedade ou domínio (propriedade restrita ou limitada). Ao instituto real pelo qual o proprietário concede a outrem, por tempo determinado ou indeterminado, gratuita ou onerosamente, o direito de construir ou plantar em seu terreno, damos o nome de:

- a) usufruto;
- b) superfície;
- c) uso;
- d) servidões;

29) Pelo que consta do atual Código Civil e das lições da doutrina, quatro são as formas básicas de extinção dos contratos. Nas hipóteses em que os contraentes estipulam que o negócio será extinto, mediante declaração unilateral de vontade, se qualquer um deles se arrepender, trata-se da extinção:

- a) normal do contrato;
- b) por fatos posteriores à celebração;
- c) por fatos anteriores à celebração;
- d) por morte;

30) Sobre o contrato de fiança, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A fiança não se confunde com o aval.

b) O contrato é solene, pois se exige escritura pública.

c) Trata-se de um contrato unilateral, pois gera obrigação apenas para o fiador que se obriga em relação ao credor com quem mantém o contrato.

d) Não se admite a fiança verbal, ainda que provada com testemunhas, pois a fiança não se presume.